

Recebido em: 30/09/2018.
Aprovação final em: 27/02/2019.

POR QUE OCUPAR? UMA ANÁLISE A PARTIR DA OCUPAÇÃO DANDARA, BELO HORIZONTE.

*WHY TO OCCUPY? A ANALYSIS FROM DANDARA
OCCUPATION, BELO HORIZONTE.*

*POURQUOI OCCUPER? UNE ANALYSE
DE L'OCCUPATION DE DANDARA, BELO HORIZONTE.*

*¿POR QUÉ OCUPAR? UNA ANALISE A PARTIR
DE LA OCUPACIÓN DANDARA, BELO HORIZONTE.*

Beatriz Ribeiro Machado*
Douglas Mansur da Silva**

Resumo: As formações de ocupações urbanas são cada vez mais comuns em contextos de grandes cidades. Este fenômeno está diretamente ligado ao *déficit* habitacional e à segregação socioespacial que induz famílias inteiras a comporem estes prédios e terrenos ocupados em uma perspectiva de luta pelo direito de morar e pelo direito de fazer parte da cidade. Os movimentos sociais de reforma urbana possuem protagonismo político neste processo de acompanhamento dos inúmeros prédios e terrenos ocupados para moradia. Entretanto, por que ocupar? Constituída a ocupação, quais os riscos e os conflitos que passam a fazer parte da rotina destas famílias? Partindo destes questionamentos, o presente trabalho se desenvolve na Ocupação Dandara, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde mais de 1000 famílias, em meados de 2009, passam a construir suas moradias em um terreno com mais de 315 mil metros quadrados, localizado em área de alto valor imobiliário da cidade. Ao longo de mais de três anos foi possível acompanhar a rotina destes moradores e movimentos sociais envolvidos, buscando a partir da narrativa destes atores, um resgate histórico da construção da ocupação desde seu planejamento até as razões que levaram as diversas famílias a construir coletivamente seu espaço dentro da cidade.

Palavras Chave: Ocupação; Moradia; Déficit Habitacional; Movimentos Sociais; Dandara.

* Mestre em Extensão Rural; doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, Brasil; E-mail: beatrizribeiro.brm@gmail.com
** Doutor em Antropologia Social; Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil; E-mail: douglas.mansur@terra.com.br

Abstract: *The formation of urban occupations are increasingly common in large city contexts. Such phenomenon is directly related to the housing deficit and the socio-spatial segregation that induces many households to struggle for the right to housing and the right to be part of the city. The social movements of urban reform have political protagonism in this process of monitoring the numerous buildings and land occupied for housing. However, why occupy? Once the occupation has been established, what are the risks and conflicts that become part of the routine of these families? Based on these questions, the present work was developed in the Dandara Occupation, located in the Metropolitan Region of Belo Horizonte. In the middle of 2009 more than 1000 households began to build their dwellings in a land located in a noble area of the city, with more than 315 thousand square meters. During more than three years, it was possible to follow the routine of these residents and social movements involved in the narrative of these actors, seeking a historical rescue of the construction of the occupation since its planning and the reasons that led the various families to collectively build their space within City.*

Keywords: *Occupation; Home; Housing deficit; Social movements; Dandara.*

RÉSUMÉ: *La formation des occupations urbaines sont de plus en plus courant dans les contextes des grandes villes. Ce phénomène est directement lié au déficit du logement et la ségrégation socio-spatiale qui induit des familles entières à composer ces bâtiments et terrains occupés dans une perspective de lutte pour le droit de vivre et le droit de faire partie de la ville. Les mouvements sociaux de la réforme urbaine ont un rôle politique dans ce processus de suivi des nombreux bâtiments et terrains occupés pour le logement. Cependant, pourquoi occuper? Mise en place de l'occupation, des risques et des conflits qui font partie de la routine de ces familles? Sur la base de ces questions, cet article développe l'occupation Dandara, situé dans la région métropolitaine de Belo Horizonte, où plus de 1000 familles au milieu de 2009, commencent à construire leurs maisons sur un terrain avec plus de 315 mille mètres carrés, situé à zone de forte valeur immobilière de la ville. Pendant plus de trois ans, il était possible de suivre la routine de ces résidents et les mouvements sociaux impliqués, à la recherche du récit de ces acteurs, une occupation historique du bâtiment de la planification des raisons différentes familles de construire collectivement leur espace dans la ville.*

Mots-Clés: *Occupation; Logement; Logement déficit; Les mouvements sociaux; Dandara.*

RESUMEN: *Las formaciones de ocupaciones urbanas son cada vez más comunes en contextos de grandes ciudades. Este fenómeno está directamente ligado al déficit habitacional y a la segregación socioespacial que induce familias enteras a componer estos predios y terrenos ocupados en una perspectiva de lucha por el derecho de vivir y por el derecho de formar parte de la ciudad. Los movimientos sociales de reforma urbana poseen protagonismo político en este proceso de acompañamiento de los innumerables edificios y terrenos ocupados para vivienda. Sin embargo, ¿por qué ocupar? ¿Constituida la ocupación, cuáles son los riesgos y los conflictos que pasan a formar parte de la rutina de estas familias? A partir de estos cuestionamientos, el presente trabajo se desarrolla en la Ocupación Dandara, ubicada en la Región Metropolitana de Belo Horizonte, donde más de 1000 familias, a mediados de 2009, pasan a construir sus viviendas en un terreno de más de 315 mil metros cuadrados, zona de alto valor inmobiliario de la ciudad. A lo largo de más de tres años fue posible acompañar la rutina de estos moradores y movimientos sociales involucrados, buscando a partir de la narrativa de estos actores, un rescate histórico de la construcción de la ocupación desde su planificación hasta las razones que llevaron a las diversas familias a construir colectivamente su espacio dentro de la ciudad.*

Palabras Clave: *Ocupación; vivienda; Déficit Habitacional; Movimientos Sociales; Dandara.*

ASPECTOS INICIAIS

Analisar as motivações e o processo de ocupação de um terreno em uma metrópole é uma tarefa desafiadora. São muitos os agentes que permeiam estes processos e buscar refletir e compreender suas linguagens, estratégias e posições políticas requer um olhar mais atento ao que se apresenta não apenas nas reuniões e espaços formais de decisão e formação política, mas também e principalmente no cotidiano destes espaços em processo de autoconstrução.

Assim se deu em relação à pesquisa de campo junto à ocupação Dandara, localizada em Belo Horizonte, e acerca da qual trataremos neste artigo. A pesquisa teve início em 2015 com levantamentos bibliográficos, de imagens e de dados estatísticos. Em seguida, realizamos uma observação participante, com entrevistas aprofundadas, entretanto, muitas das informações mais relevantes foram obtidas na construção de um relacionamento, incluindo negociações em torno

da participação em atividades das mais diversas, nas quais estavam envolvidos seus moradores, incluindo festas, atividades políticas, solidariedade frente aos movimentos de luta por moradia, entre outros.

Para este artigo, o recorte proposto frente ao mosaico das lutas relativas à cidade e seus movimentos de ocupação de espaço é a categoria “moradia”, constantemente acionada pelos sujeitos de pesquisa e com significados que lhe são singulares, assim como aos movimentos que demandam o Direito à cidade. A “casa”, como explica Seu Orlando - morador da ocupação -, todo mundo tem, mas moradia é diferente, moradia é fazer parte de algo maior, é estar na cidade, construir e pertencer a ela. Entender a dinâmica de “luta” em busca da casa, não apenas enquanto uma unidade habitacional, mas sim enquanto pleito pelo acesso à cidade, pela luta por pertencimento e mobilidade, foi um dos maiores desafios da pesquisa. Tais elementos compõem o direito à moradia, importante pauta dos movimentos sociais que estão envolvidos no que chamam de “luta” pela “ocupação” de “terrenos que não cumprem a função social da terra”.

Ao utilizar a categoria “ocupação” e não “invasão” uma posição política também é desenhada, como aponta Lourenço (2014). Associa-se a ideia de invasão a um ato ilegítimo, ligado a tomada de terra por meio da força, desrespeitando regras tácitas de convívio entre indivíduos, enquanto ocupação é uma forma de resistência, seja ela organizada ou espontânea¹, à qual os sujeitos lutam por seu direito de moradia.

Para melhor compreender tais demandas em uma primeira seção do artigo se faz necessário recorrer à história da cidade de Belo Horizonte. Assim como em outras configurações socioespaciais metropolitanas da América Latina (Canclini, 1987; CALDEIRA, 2000), Belo Horizonte apresenta em sua trajetória histórica aspectos ligados ao acelerado crescimento demográfico, à segregação espacial, à expulsão de áreas valorizadas e enobrecidas e a privação dos espaços de moradia, mobilidade e acessibilidade para as populações proletárias que constroem a cidade. Outro ponto delicado em relação à cidade é o paradoxal déficit habitacional, evidenciado na existência numerosa de IO termo ocupação organizada diz respeito à ocupação que passa pelo prévio processo de formação normalmente organizado pelos movimentos sociais. O termo ocupação espontânea, ainda que muito controverso, diz respeito às ocupações que emergem da organização popular, sem o envolvimento de movimentos de luta por moradia.

casas, prédios e terrenos entregues à especulação imobiliária, enquanto tantas famílias vivem em condições precárias. Por fim, ainda se faz necessário mencionar os limites e falhas de programas de habitação do governo em suprir tais demandas sociais, dada sua ineficiência por razões diversas. Em seu conjunto, esses processos nos remetem à questão principal deste trabalho: por que ocupar?

Essa questão estará presente na segunda e terceira seções, que tratam da história da formação da ocupação Dandara, do contexto e dos agentes que nela estiveram envolvidos, e, mais especificamente, das narrativas dos moradores acerca do que entendem ser o Direito à moradia e à cidade. A partir das narrativas de moradores acerca de aspectos e motivações que levam a compor estes espaços e movimentos de luta pela reforma urbana, busca-se mapear algumas destas trajetórias e responder a esse questionamento sobre os motivos que encorajam famílias inteiras a enfrentar a força do Estado, do setor privado e do estigma social, em busca do direito e do acesso à moradia.

Resultado de uma série de mobilizações que fizeram unir, de maneira inédita, movimentos sociais urbanos e rurais, a ocupação Dandara, em sua origem, trazia a proposta desafiadora de unir campo e cidade a partir de sua perspectiva denominada de “rururbana”. Os desafios e os limites em relação a essa proposta original se impuseram, e estão relacionados a diversas questões, exploradas em uma quarta seção deste artigo, bem como nas considerações finais.

A perspectiva de superação da força das empreiteiras e dos “latifúndios urbanos”² que distinguem, na cidade, os que podem ou não morar – e onde podem ou não morar-, são aspectos importantes da proposta de reflexão deste artigo, que, no decorrer de quase quatro anos de pesquisa, avalia algumas mudanças substanciais no território e na perspectiva de fixidez de seus moradores.

2 Categoria dos movimentos sociais relativa às grandes casas, prédios e terrenos que compõem o espaço urbanos das cidades.

“MUITA CASA SEM GENTE, MUITA GENTE SEM CASA”: DÉFICIT HABITACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Para compreender o processo de ocupação do Dandara, é importante situar o contexto no qual a moradia e a função social da propriedade se encontram na cidade de Belo Horizonte desde sua criação. Deste modo, alguns dados quantitativos acerca da atual situação do déficit habitacional na cidade devem ser apresentados. Para compreender estas distinções dos espaços reservados a moradia dentro da cidade, retornamos à criação e construção da capital mineira. A área do então Curral Del Rei, localidade pertencente à comarca de Sabará, foi escolhida, em 1893, para sediar a nova capital da então província de Minas Gerais, denominada de Belo Horizonte, construída ao longo dos anos seguintes. A construção de Belo Horizonte como nova capital do estado, final do século XIX, foi resultado de acordos políticos que buscavam uma reação da economia do estado após o esgotamento do ciclo da mineração. Mendonça *et al* (2015) apontam que na elaboração e execução do plano urbanístico não havia espaço para o trabalhador. Apenas antigos proprietários do arraial de Belo Horizonte, totalmente desapropriado, os funcionários públicos e os ex-proprietários em Ouro Preto tiveram acesso aos lotes urbanos. Aos operários que construíram a nova cidade era permitido apenas construir habitações provisórias e em lugares que ainda não estavam urbanizados.

Estas lógicas estavam há muito enraizadas na mentalidade dos detentores do poder da época, de modo a favorecer algumas classes e setores sociais em detrimento de outros. Logo nos primeiros momentos a desapropriação de toda a área a ser urbanizada foi autorizada pelo Estado, e assim levada a cabo pelo engenheiro-chefe -Araão Reis-, processo esse marcado pelas prioridades dos interesses governamentais. As casas foram esvaziadas de seus moradores através de expulsões, para que passassem a ser ocupadas pelos funcionários da Comissão Construtora desta “nova cidade”. Dessa maneira, logo de início, surge, de modo violento, a periferização das populações mais pobres (FERNANDES, 2017).

Ao analisarmos a configuração socioespacial das metrópoles brasileiras, nos deparamos com uma paisagem que abriga diversos modos de morar, desde condições econômicas privilegiadas até as mais miseráveis. Desta maneira, por um lado há um privilégio incorporado pelas estruturas urbanas formais; e por outro, a pobreza explicitada nas ocupações informais. No entanto, instituições públicas nacionais e internacionais, acabam por minimizar tal antagonismo socioeconômico, retratado espacialmente no problema denominado de *déficit* habitacional (Morado Nascimento; Braga, 2009).

Em Minas Gerais, a Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH é composta por 34 municípios, com uma população de cerca de 5,9 milhões de habitantes, segundo estimativa do IBGE (2018). É a terceira maior aglomeração populacional do país, e ocupa a posição 88º no mapa mundial. Um ponto que contribui consideravelmente para essa realidade se deve ao polo industrial que compõe a RMBH. Com forte adensamento da indústria automobilística em cidades do entorno de Belo Horizonte, como Betim e Contagem, a população que trabalha para esta malha industrial vive no entorno destas empresas.

O fator financeiro é um ponto de relevante importância na compreensão do *déficit* nas metrópoles. Os baixos salários sustentam esta industrialização que cresce pelas bordas das cidades levando famílias inteiras a um inevitável processo de precarização da moradia. De acordo com Canetti *et. al* (2013) a distribuição deste *déficit* habitacional por faixas salariais é útil para uma comparação entre o adensamento das moradias desocupadas e a distribuição dos grupos carentes de habitação no território metropolitano.

O urbano, aponta Canetti e Do Vale (2015), foi tornado mercadoria através de um intenso processo de sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso da cidade. Essa mercadoria é estranha ao trabalhador que a produz, assim como a cidade que é produzida coletivamente, porém, apropriada de forma privada. As cidades demonstram em sua cartografia socioespacial o funcionamento de diversos mecanismos que atuam na reprodução da desigualdade entre as classes. Como consequência, aponta Canetti *et. al* (2013), em Belo Horizonte, por exemplo, o *déficit* habitacional se concentra em regiões onde a renda da

população é igual ou inferior a 3 salários mínimos, ao passo que grande número de unidades inutilizadas se localiza em áreas ocupadas por famílias com rendimentos acima dessa faixa salarial.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro (2016), Minas Gerais é a segunda unidade da Federação com maior *déficit*. Em 2013, o *déficit* habitacional no estado era de 493 mil unidades; em 2014 aumentou para 529 mil unidades. De fato, assim como em outras instâncias (saúde, educação, etc.), a iniciativa privada, tampouco o Estado, foram capazes de suprir o *déficit* habitacional (nem suas implicações) na região metropolitana de Belo Horizonte.

Esses dados foram obtidos a partir do período de vigência do Programa “Minha Casa Minha Vida” - PMCMV³ – que, apesar de ser um programa público, foi desenvolvido por construtoras privadas -, e como visto não são eficientes a ponto de superar esta conta que não fecha. A principal finalidade anunciada a partir do programa era de contribuir para a redução do *déficit* habitacional no país por meio da concessão de incentivos à produção e compra de novas unidades habitacionais, o que não foi possível.

Para Morado Nascimento (2016), mesmo que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PMBH demonstre esforços na tentativa de viabilizar quantitativamente o PMCMV, abarcada pelo discurso da redução do *déficit* habitacional, os interesses econômicos e argumentos políticos acabam sobressaindo diante das necessidades habitacionais dos moradores de baixa renda. As contradições em torno da produção da cidade – desde as políticas habitacionais até as ocupações urbanas – são fruto, em grande medida, do desenvolvimento desta dinâmica especulativa presente no mercado imobiliário da RMBH.

Sendo assim, coloca-se em xeque as proposições do Programa Minha Casa Minha Vida, como aponta Morado Nascimento (2016), visto que sua produção está diretamente atrelada ao mercado imobiliário.

³ De acordo com Rolnik (2015), o PMCMV foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal, durante a gestão do presidente Lula. A principal finalidade anunciada a partir do programa era de contribuir para a redução do déficit habitacional no país por meio da concessão de incentivos à produção e compra de novas unidades habitacionais. Em sua primeira fase, instituída entre os anos de 2009 a meados de 2011, estabeleceu-se como meta a construção de um milhão de novas moradias. Já em sua segunda fase, iniciada em meados de 2011 com previsão de se estender até o final de 2014, dobrou-se a meta da primeira fase, com uma expectativa de construção de mais dois milhões de unidades habitacionais.

Novamente se reproduz a lógica “pobres no lugar de pobres”, determinada pela implantação de alta parcela dos contemplados pelo programa em áreas menos valorizadas da cidade. Além disso, a força financeira e política do PMCMV diante de outras ações historicamente construídas, como urbanização de favelas e assentamentos precários, crédito à auto-construção, regularização fundiária, etc., é inesgotável (ROLNIK, 2015).

A escolha dos terrenos pelas empresas, como afirma Rolnik (2015), é um fator determinante para a taxa de retorno do empreendimento. Esta escolha segue uma equação complicada, sendo condicionada por variáveis como: o custo do metro quadrado; as exigências estabelecidas na legislação em relação ao acesso a redes de infraestrutura; equipamentos; serviços, etc. Dito de outro modo, devem ser periféricos o bastante para minimizar a porcentagem do capital investido no terreno, porém, não distantes que não possam atenderem às exigências mínimas para a aprovação de uma operação, ou mesmo demandarem custos adicionais com a expansão de redes de infraestrutura básica.

A partir desta equação surgem os despejos de ocupações que se instalam em terrenos que não cumprem sua função social. As empresas, interessadas em obter os terrenos por melhores preços e condições, encontram nas ocupações uma maneira de unir estas demandas. O Estado faz o papel de despejar as famílias de territórios imensos, com a promessa de construir prédios projetados e planejados pelas construtoras. Muitas destas famílias se veem na rua, sem condição de se sustentar, e sem acesso de fato ao programa que promete tais moradias. As listas de acesso são imensas, cheias de questionamentos em relação a sua idoneidade, e isso quando o projeto é de fato concluído.

Sendo assim, o surgimento das inúmeras ocupações urbanas na RMBH nos últimos anos – entre elas a Ocupação Dandara –, decorre em grande medida desse descompasso entre oferta e demanda por moradia. Esse movimento (re)viabiliza moradias para cerca de 12.000 famílias, numa clara demonstração de que também as ações do poder público são, até então, incipientes, como por exemplo na tentativa de implementar o programa “Minha Casa Minha Vida” nas metrópoles (Ferrari Lima, *et al.* 2014).

De acordo com Morado Nascimento e Braga (2009), esta noção de *déficit* habitacional como número que deve ser quantitativamente superado perde seu valor na medida em que aprofundamos o assunto. Há no país atualmente um estoque de mais de seis milhões de domicílios vagos. Essa estatística reforça o argumento da desigualdade presente ao revelar não apenas a má distribuição das moradias - decorrente da atuação dos agentes do mercado privado -, como também o baixo poder aquisitivo dos pobres no que tange o acesso ao estoque habitacional adequado.

O *déficit* habitacional é uma questão social, onde a falta de acesso é diretamente ligada aos interesses mercadológicos. Imóveis em situação adequada para moradia são caros e seu acesso é burocrático para as camadas mais pobres da sociedade. E mais que isso, esses imóveis são tratados como ativos financeiros, tendo por consequência muitas casas desocupadas, onde os donos preferem ver seus imóveis deteriorados pelo desuso a vendê-los ou alugá-los por preços mais acessíveis. Consequentemente, são muitas as famílias que vivem nas ruas, ou em moradias insalubres.

Segundo Morado Nascimento (2016, p.146), “estamos imersos em uma crise urbana que é cotidianamente agravada”. Esta crise se intensifica, seja pelo padrão periférico das cidades, pela vinculação do capital imobiliário ao financeiro, pela ausência de mobilidade política ao se tratar da reforma urbana, pela imposição da propriedade privada, pela ineficiência do judiciário, ou pela associação Estado-capital e seus discursos estrategicamente construídos.

Em Belo Horizonte, segundo Ferrari Lima (2014), o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) mapeou as áreas vagas do município, (sendo algumas de propriedade do poder público) e com possibilidades de destinação para habitação social (áreas em loteamento regular pouco ocupado; lotes vagos dispersos e áreas em loteamento irregular pouco ocupado). O total encontrando foi de aproximadamente 13.522.952,63 de metros quadrados (m²), capazes de viabilizar 318.743 novas unidades habitacionais.

Em meados de 2009, havia na capital mineira apenas quatro assentamentos urbanos, horizontais e verticais, que abrigavam 1.470

domicílios. Já em 2013 a cidade registra oito ocupações organizadas com cerca de 2.600 famílias, sendo um total de aproximadamente 10 mil pessoas, entre estas ocupações a Dandara. “Essas Ocupações apontam para a urgência de uma política habitacional efetiva que garanta o acesso à terra e à habitação para a população de baixa renda” (Ferrari Lima *et al.* 2014, p.15). Atualmente este número é ainda maior, devido ao movimento de ocupação do centro da cidade e a ressignificação de prédios abandonados para que cumpram sua função social servindo como moradia para diversas famílias.

Esse aumento das ocupações urbanas na região metropolitana reflete a necessidade objetiva do crescimento da luta pela moradia e o direito à cidade em Belo Horizonte. Em decorrência do *déficit* habitacional e das inúmeras desigualdades espaciais nos centros urbanos, a luta por moradia adequada é impulsionada e uma nova perspectiva de divisão do espaço se faz presente. Os movimentos sociais, que problematizam estas discrepâncias existentes nas cidades, passam a ter um papel protagonista na organização dos grupos sociais em torno do Direito à moradia.

A TRAJETÓRIA DA OCUPAÇÃO DANDARA

Dandara (-1694)⁴, que empresta seu nome à comunidade, foi escolhida para dar nome à ocupação por ter sido uma guerreira negra, companheira do líder quilombola Zumbi dos Palmares, e importante referência na luta contra a exploração do trabalho escravo no decorrer da América Portuguesa. Mulher combativa e estrategista, quando teve ameaçada sua liberdade, optou por suicidar-se a ter que retornar à vida de escrava. Símbolo da luta por liberdade do povo negro, a escolha deste nome mostra também a conotação política em torno do empoderamento das mulheres na ocupação e na luta pela moradia. Muitas vezes, enquanto os companheiros se ausentam para trabalhar, estas mulheres mantêm a articulação política na ocupação, sendo consideradas “linha de frente”, inclusive no enfrentamento com a polícia.

4 Não há informações sobre o ano de nascimento.

Sua luta foi perpetuada na história brasileira e sua personalidade guerreira é, ainda hoje, exemplo para outras mulheres. Inspiradas por esse modelo, muitas revelam, mesmo inconscientemente que “a luta está no sangue”, como as guerreiras da ocupação em Belo Horizonte. Fiéis companheiras, mais que esposas e mães, elas atualmente realizam os trabalhos de casa, plantam, e lutam – até mais que alguns homens – pelo ideal de liberdade vislumbrado por trás dos olhos de Dandara (Andrade e Lelis, 2010 p. 38).

Na madrugada de 9 abril de 2009, a ocupação se instalou como “um mar de barracos de lona” – relatam os moradores durante reunião - em um terreno que “há anos não cumpria sua função social”. Como conta Seu Orlando, morador de ocupação, *“nós não queremos casa, casa qualquer um vai lá e constrói, nós queremos moradia, moradia é mais amplo, queremos direitos de fazer parte da cidade também”*.

O território fica localizado na região da Pampulha, de altíssimo valor imobiliário, na área do município de Belo Horizonte. A forma⁵ ocupação rururbana se apresenta como precursora na cidade de Belo Horizonte por diversas razões. Uma delas é o desafio de unir movimentos sociais que atuam em campos considerados distintos e que nem sempre dialogam. Contar a história da ocupação é narrar os planejamentos e os desafios da articulação promovida por movimentos sociais do campo e da cidade. A partir da união do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Brigadas Populares nasce a ocupação rururbana Dandara. O representante da CPT, Frei Gilvander, conta que *“conseguiram reunir cerca de 150 famílias para na madrugada do dia 9 de abril de 2009, madrugada de quinta-feira santa, da semana santa, aconteceu a ocupação”*.

A categoria “rururbana” surgiu em meio ao desafio de ocupar um território na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) sem abrir mão da produção de alimentos e da autonomia da comunidade. A intenção dos movimentos era que a ocupação possuísse produção própria em atividades cooperativas de padaria, serviços

⁵ Faço alusão ao uso do termo “forma acampamento” da autora Lygia Sigaud (2000), por ser a condensação de uma estratégia elaborada pelos movimentos sociais a partir de suas experiências e pela dimensão simbólica e de legitimidade contidos no ato de ocupar.

mecânicos e da construção civil, artesanato e agricultura. A proposta era de unificar as lutas em prol das famílias que necessitam não só morar, mas também se alimentar e se manter financeiramente.

A atuação política destes movimentos se mistura ao cotidiano das famílias na articulação de atos políticos, festas, atividades e estratégias em geral que compõem o “movimento”. A longa experiência do MST e da CPT nas resistências e articulações políticas são complementadas pela experiência das Brigadas Populares em lidar com questões tão específicas (como tráfico, prostituição, segurança, mobilidade urbana, etc.) de regiões urbanas/periféricas de grande adensamento populacional.

Nos seus primeiros dias, a notícia da ocupação ganhou destaque nacional, sendo amplamente noticiado em rede de televisão, jornais e rádio. Esse efeito midiático elevou ainda mais o número de famílias adeptas ao movimento de ocupação do espaço. Em cerca de horas os movimentos sociais e atores envolvidos na ocupação tiveram que lidar com um aumento substancial de famílias em busca de moradia, de 150 famílias passaram a se contabilizar 1086. O efeito foi chamado pelos moradores e movimentos sociais de “boom” da Dandara.

Neste mesmo período, inicia-se uma ofensiva da Polícia Militar de Minas Gerais com intuito de retirar os moradores do terreno. São muitos os relatos de violências físicas sofridas, além das violências psicológicas. Segundo Miranda (2012), parte desta violência também era encorajada pela sociedade que via com maus olhos a ocupação. Os moradores sofriam preconceito de parte da vizinhança, do poder público e da mídia que os acusava de “invasores” e “ladrões de terras”.

Durante meses a polícia manteve os moradores em uma parcela de 30% do terreno, como evidencia a figura 1. Neste período, muitas estratégias para avançar na ocupação do terreno foram elaboradas. Aos poucos os moradores colocavam barracas de lona que tampavam a visão dos oficiais para conseguir explorar mais a parte baixa do terreno. Os moradores contam que não tinham trégua, que a ação policial durava o dia todo e que eram muitos “vigiar pai de família” como narra um dos moradores da ocupação.



Figura 1: Imagem de satélite da Dandara em 2009.

Fonte: Google Earth (2/10/2015), adaptada por Beatriz Ribeiro Machado (2015).

No dia 12 de junho de 2009, ainda sob forte vigília policial, os moradores da ocupação, com apoio do Frei Gilvander, movimentos sociais e redes de apoio, traçaram uma estratégia original para que pudessem ocupar o restante do terreno. O dia da “descida” como denominam os envolvidos, foi um momento muito especial para os moradores.

Em uma novena, as famílias organizadas em nove grandes grupos, com mais de cem famílias cada, desceram o terreno em procissão. A polícia acreditava que as pessoas estavam rezando, porém, na verdade estavam ocupando o restante do território enquanto cantavam “o povo de Deus pelo deserto andava”, como conta Frei Gilvander no aniversário de 7 anos da Dandara lembrando este dia.

“(…) num domingo de manhã eles fizeram e começaram rezando e tal, e ai eles desceram fazendo uma procissão para o centro do terreno rompendo o cerco. A polícia no primeiro momento deve ter achado que era um evento religioso, que o povo estava a rezar, só que na verdade o povo estava indo ocupar o resto do terreno, era

romper o cerco. Na hora que eles chegaram no centro do terreno eles começaram a armar as barracas, e aí a polícia entrou. Na hora que a polícia entrou, o advogado - na época ainda era vivo o advogado Fábio Alves dos Santos-, chegou e foi conversar com a polícia e mostrar para eles que na realidade, naquele momento, os moradores estavam exercendo um direito que eles tinham conquistado no tribunal. Porque eles tinham o direito de ocupar todo o terreno!” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a ocupação Dandara, entrevista setembro 2016).

“(...) descemos para ocupar, foi dia 12 de junho, foi dia dos namorados, não esqueço disso! Nós viemos para ocupar o resto do terreno, com coisa que estava fazendo uma oração, mas estava tudo combinado com Frei Gilvander e professor Fábio que era professor lá da PUC Minas. Aí nós viemos cantando as músicas religiosas e ocupamos o resto do terreno (...)” (Dona Ângela, Moradora da Ocupação, entrevista agosto 2016).

Este foi um marco na ocupação, visto que as famílias começaram a formar seus barracos e futuramente casas de Madeirit e alvenaria. As regiões eram divididas em nove grupos, dos quais dois moradores por grupo eram responsáveis pela área. “E aí as coordenações tomavam conta de uma base de 100 famílias para cada coordenador e sortearam os nomes com 9 grupos formado por 18 coordenadores (...). E aí sorteu, alguém que por exemplo tomava conta daquela área, daquele grupo(...)” (Seu Orlando, morador da ocupação).

A dinâmica interna da ocupação aos poucos foi dando corpo ao cotidiano destas famílias. No entanto, não há um dia da semana que não se encontre casas em obra, crescendo um quarto, cimentando uma laje, aumentando um “puxadinho” para os filhos. Nessa rotina dura de autoconstrução os moradores construíram seu espaço na cidade, onde hoje se tornou um bairro, já em processo de formalização perante o governo do estado e a prefeitura, e as famílias já se sentem mais seguras da posse de seus terrenos.

POR QUE OCUPAR?

Quando estou na cidade tenho impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos(sic), almofadas de sitim(sic). E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar no quarto de despejo (Carolina Maria de Jesus).

Ouvir e compreender a lógica de famílias que optam por lutar pela moradia enfrentando polícia, juízes, grandes empreiteiras, empresários, e muitas vezes a própria opinião pública, é o cerne deste artigo onde ao longo de mais de três anos buscou-se acompanhar o cotidiano de algumas destas famílias e suas trajetórias de luta e resistência pelo Direito à moradia e à cidade. Para isso, algumas experiências narradas serão acionadas como uma maneira de conectar as distintas realidades e oportunidades (ou a falta delas) de moradia na metrópole.

Constantemente acompanhamos notícias de famílias inteiras que largam suas casas de aluguel, ou, em situações mais delicadas, saem das ruas, em busca de moradias através da ocupação de terrenos ou edificações que não cumprem a função social. Esse fenômeno diretamente ligado ao *déficit* habitacional e a segregação socioespacial, os induz a uma perspectiva de luta pelo direito de fazer parte da cidade.

“Quem mora de aluguel mora em vários lugares! Casei, adquiri dois filhos, marido faleceu, morreu, e acabou que eu fiquei sozinha com meus dois filhos. Ai, pagando aluguel pesou demais para mim, foi onde eu optei entrar em ocupação! Porque quem paga aluguel não dá para curtir filho, estudar, porque na minha época não tinha bolsa escola, não tinha bolsa família igual eu tenho hoje. Porque na época que eu criei meus filhos não tinha nada disso, a gente tinha que morrer ali pagando aluguel com salário mínimo que não dava para pagar aluguel, alimentar, que eu sempre gostei que meus filhos alimentassem bem, e água, luz, então tudo pesava... Foi aonde que eu participei da ocupação!” (Dona Ângela, Moradora de Ocupação, entrevista agosto 2016).

A “cruz do aluguel”, termo muito utilizado pelos movimentos sociais no decorrer do processo de formação para ocupar, torna-se impossível de ser quitada mensalmente em cidades com alto custo de vida, como é o caso de Belo Horizonte. Além dos valores exorbitantes, divisores sociais como burocracias ligadas a fiadores de imóveis e renda, limitam as possibilidades de moradia de muitos trabalhadores que não possuem salários elevados ou parentes/fiadores com imóveis quitados.

São muitas as razões que levam ao extremo de ocupar, razões estas não apenas ligadas às condições estruturais do espaço, mas também a aspectos simbólicos e sociais relacionados a própria dificuldade de convivências com famílias, muitas vezes desconhecidas, e a mudança para bairros normalmente afastados daqueles de origem onde se construíram laços e afetos.

A tantos desafios soma-se a violência policial, estatal, jurídica e mesmo da sociedade que criminaliza a construção coletiva e a resistência na busca pelo acesso ao morar. Diversas questões são apontadas no decorrer deste processo como: a dificuldade de conseguir emprego dada a falta de endereço formal; o preconceito sofrido por ser morador de ocupação; e a invisibilidade perante o Estado no que diz respeito aos seus direitos.

(...) primeira coisa que eles perguntam, vocês precisam de que? A gente já vai logo fala: saneamento básico em geral, água, luz, rua, asfalto, calçamento, hospital... hospital não, posto médico! Saúde pública, segurança pública (Felter, Morador de Ocupação, entrevista agosto 2016).

Acesso aos serviços básicos como a educação infantil são negados, dada à falta de comprovantes de endereços, ou mesmo o preconceito com relação a essas crianças provenientes de áreas ocupadas, chamadas perversamente de “invasoras de terras”. Quando as instituições não encontram entraves burocráticos, as dificuldades que se apresentam são estruturais, apontando para a ineficiência do governo em atender a nova demanda de famílias nas localidades. No serviço

de saúde pública a situação não é diferente. Torna-se cotidianamente necessário travar batalhas diárias para ter acesso aos atendimentos adequados nos postos de saúde da região. A confirmação formal de um endereço, o comprovante de residência, torna esses grupos sociais periféricos e marginalizados pelo Estado, também invisíveis.

“(…) a cidade com todas as suas mazelas, falta de moradia, você ter uma conta de água que é cara, ter a Cemig que você tem que pagar, mas que nem a Cemig e nem a Copasa não ligam, porque aquilo ali não está reconhecido enquanto lei do uso do solo pelo município. Você não está cadastrado, não tem direito ao Correio levar uma carta para você lá, você não tem direito a participar do posto de saúde” (Sãozinha, Membro da Rede de Educação Cidadã, entrevista setembro, 2016).

A estrutura básica de água, luz e esgoto não são providenciados pela prefeitura e os moradores vivem em situações de constante risco de saúde. A necessidade de energia elétrica leva ao “gato”⁶, que por sua vez traz riscos aos barracos de lona ou Madeirit, com seus fios improvisados para manter um mínimo habitável nestes territórios ocupados. Na comunidade Dandara, duas crianças vieram a óbito decorrente de incêndio.⁷

A ausência do Estado e até o total descaso ao atendimento de direitos, desde a falta de moradia até a negligência em relação às ocupações constituídas, gera incontáveis vítimas. O trabalho formal é negado às mães e pais que não possuem endereço, consequentemente o acesso à creche, escola, saúde e assistência básica, também não chegam a esta porção de moradores da cidade. A realidade apresentada é de luta e resistência, todos os dias, para se manter debaixo de uma casa (muitas vezes ainda um barraco de lona), em condições precárias, como conta Dona Ângela, moradora de ocupação, *“porque quando você paga o aluguel, minha filha, você, muitas das vezes, tira da boca da sua família para pagar, porque eu já fiz isso!”*.

⁶ Maneira informal de ligar água e luz nas casas e ruas da Ocupação.

⁷ Beatriz e Estefânia são duas irmãs de 6 e 7 anos, moradoras da ocupação Dandara, que faleceram queimadas no barraco de 4 metros quadrados da família no início de 2010. Atualmente, a rua onde as irmãs moravam é homenageada com seus nomes.

Em se tratando das categorias acionadas por estes moradores enquanto ferramentas de luta e resistência, Lourenço (2014) evidencia a importância de compreender a ocupação não como um espaço invadido, mas sim ocupado. Ao utilizar o termo ‘invasão’, associa-se a um ato ilegítimo, ligado a tomada de terra por meio da força, desrespeitando regras tácitas de convívio entre indivíduos. A ocupação é uma forma de resistência, seja ela ‘organizada ou espontânea’, à qual os agentes lutam por seu direito de moradia.

Moradia, que também possui um valor significativo enquanto categoria adotada pelos movimentos sociais, possui um peso político que o difere de “casa” ou “unidade habitacional”. Morar, como tantas vezes narrou Seu Orlando, morador de ocupação, é algo que ultrapassa o ato de possuir uma residência. Morar é ter seus direitos de acesso a serviços resguardados pelo Estado. “A gente não quer casa, já expliquei para o pessoal que está em processo de formação, não é pedir casa, é pedir moradia. Casa o governo faz um programa e constrói, mas moradia é diferente”.

Esta categoria simboliza a luta dos moradores e dos movimentos sociais não apenas por um espaço físico, mas pelo direito à cidade. É compreender este habitante da metrópole enquanto sujeito de direito, e não apenas depositá-lo em uma unidade habitacional, normalmente em regiões periféricas, sem sequer assegurar seu acesso aos direitos e serviços básicos como: saúde, educação, segurança, transporte, lazer, autonomia e participação nos direcionamentos dados para a cidade onde vive, pautas constantemente pleiteadas pelos moradores de ocupação.

Morar, enquanto categoria adotada pelos movimentos, possui profunda distinção em torno de programas governamentais de acesso a unidades habitacionais. O programa “Minha *casa*, minha vida”, mencionado anteriormente, direciona seus recursos de modo a garantir casa para famílias em determinadas faixas de pobreza, mas sem maiores preocupações com o local para onde a família será transferida, o tamanho das famílias em relação a estas unidades habitacionais, a divisão interna e o espaço de sociabilidade da moradia, os laços que possam ou não se formar nestes locais, entre várias outras questões.

São programas, em essência, direcionados a grandes empreiteiras que assumem obras milionárias e possuem total poder de decisão acerca dos modelos e processos a serem desenvolvidos no decorrer das construções. Segundo Nascimento (2014), o maior estímulo que esse programa tem dado ao mercado imobiliário é a geração de uma forte especulação de imóveis nas cidades médias e grandes centros urbanos do país, o que significa o encarecimento do solo urbano, dos imóveis e dos aluguéis.

Programas como este são impostos em um modelo “*top down*” ou “de cima para baixo”, não havendo participação coletiva dos futuros moradores destes espaços, são as construções chamadas de “puleirinhos” pelos moradores de ocupação. Deste modo, os movimentos de luta por moradia fazem esta importante distinção entre a categoria “moradia” e outras comumente adotada pelas políticas públicas de habitação social.

Portanto, como estratégia de (in)formação, desde os primeiros momentos de contato com futuros moradores, pesquisadores e apoiadores, os ocupantes e militantes reiteraram o emprego da palavra moradia, compreendendo como um símbolo da reforma urbana e do direito à cidade, e sobretudo como uma forma de resistência aos grandes projetos imobiliários que se distanciam do real sentido do morar.

As ocupações urbanas, aponta Morado Nascimento (2016), dão visibilidade a esta vida urbana que se quer, sendo a cidade *per se*, e não o fragmento socioespacial independente de uma ilegalidade que lhe confere existência. As ocupações que constituem as cidades existem em razão do exercício amplo do direito dos moradores de mudar a cidade quando resolvem ocupar um terreno. Fazer parte da cidade é em concretude o acesso aos mínimos serviços oferecidos pelo Estado. Como o processo urbano é o principal canal de utilização do excedente e capital, estabelecer uma administração democrática constitui na garantia do acesso e direito à cidade (Harvey, 2012). A luta por moradia se apresenta como a última tentativa de trazer um teto a essas famílias, enquanto o direito à cidade se afirma como um apelo, uma exigência (Lefebvre, 2001). Porém, ele é negado aos grupos sociais que são colocados à margem - ou à periferia - da sociedade, sendo a luta pela reforma urbana criminalizada pelo Estado.

O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Aliás, com frequência, não se trata de um direito individual uma vez que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é, eu quero argumentar, um dos mais preciosos e dos mais negligenciados dos nossos direitos. (Harvey, 2013, p. 28).

Os movimentos sociais se colocam nesse processo catalizador de direitos, suprindo, ainda que de maneira precária, a ausência do Estado perante as necessidades básicas dessas famílias. Segundo Lourenço (2014), a ocupação urbana é considerada pelos movimentos sociais uma ação política de massas ou mesmo um trabalho de base. Na prática, os Movimentos Sociais pretendem promover a formação política das camadas excluídas do direito à cidade, a partir da proposta de autonomia e empoderamento destes setores da sociedade.

Em se tratando do Brasil, como apontam Mayer e Assis (2008), inegavelmente a reforma urbana avançou, levando o país a uma posição de vanguarda no que se refere à previsão de instrumentos legais que assegurem o direito à cidade. São exemplos o: i) capítulo da Política Urbana, na Constituição de 1988 (arts. 182 e 183); ii) a promulgação do Estatuto da Cidade e da Medida Provisória n. 2220, em 2001; iii) a criação do Ministério das Cidades, em 2003 e; iv) a instituição do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, em 2006.

O Estatuto da Cidade foi um importante avanço, pontuam Mayer e Assis (2008), fruto da luta dos movimentos urbanos nas décadas de 1970 e 1980, especialmente no período da crise inflacionária. Porém, infelizmente, as maiores conquistas previstas no Estatuto (IPTU progressivo no tempo; parcelamento ou edificação compulsório; desapropriação por descumprimento da função social; concessão do direito real de uso; etc.) continuarão sendo ignorados e subestimados enquanto os possíveis e verdadeiros agentes de força e transformação não se apropriarem devidamente do seu conteúdo e lutarem por sua implementação.

Diante de tamanha contradição, como argumenta Mayer e Assis (2008), é urgente a não restrição das reivindicações a novos empreendimentos imobiliários financiados pelo Estado. Ao constatar que “há muita gente sem casa e muita casa sem gente”⁸, faz-se necessário exigir que os imóveis não cumpridores de suas funções sociais, fechados há anos, sejam desapropriados para fins de moradia popular.

Portanto, ocupar se torna uma estratégia de resistência e força dos movimentos sociais que aos poucos conquistam territórios de luta e formação política na cidade contrapondo o modelo neoliberal mercadológico de moradia. Para aquela parcela da população que ocupa esses terrenos e prédios, ocupar significa sobreviver. É fazer valer a partir da práxis o direito básico de ter um local para morar e construir suas vidas, lutar pelos direitos não garantidos e manter famílias inteiras sob um teto. Ainda que hajam muitos desafios nesses processos, ocupar se apresenta enquanto essa luta por fazer parte da cidade e mais que isso, sobreviver a ela.

A ADESÃO AO MODELO TRADICIONAL DE CIDADE

Com o passar dos anos a ocupação passou a estabelecer-se na cidade e envolta nas questões urbanas que são caras às metrópoles latinoamericanas. Dessa forma, a proposta rururbana precisou ser constantemente resignificada à medida em que a própria ocupação, transformada em bairro, se efetivava. Através de muitas manifestações, apoio de redes parceiras de diversas áreas, como arquitetura, direito, jornalismo, etc., e com o envolvimento dos movimentos sociais que auxiliaram na construção e manutenção do território, a ocupação passou a vencer uma batalha por vez, e hoje, com quase 10 anos, ela passou a ser oficialmente considerada um bairro, uma comunidade da cidade, mas ainda repleta de novos desafios.

⁸ Frase constantemente utilizadas por movimentos sociais e moradores de ocupação.



Figura 2: Imagem de satélite da Dandara em 2017.

Fonte: Google Earth (30/07/2018), adaptada por Beatriz Ribeiro Machado (2018).

Atualmente, a Dandara se encontra formalizada e as casas em sua maioria construídas em alvenaria. Os moradores já se organizam em práticas comuns de outros bairros periféricos na cidade e aos poucos os serviços de infraestrutura adentram estes espaços de modo a promover modificações profundas nas relações entre a vizinhança e nas práticas políticas e cotidianas dos moradores. A COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais já se encontra em processo de finalização da distribuição de água na comunidade.

Entretanto, não há nenhum sinal de uma possível construção coletiva neste processo. Dadas as características físicas do terreno e da construção não houve grandes dificuldades nesta implementação dos serviços de saneamento. Este processo é considerado pelos moradores como um avanço, uma batalha vencida na luta pelo direito de fazer parte da cidade. Entretanto, não há uma abertura para uma construção conjunta com a comunidade de modo a pensar estes passos da urbanização. Uma ocupação com características de autoconstrução e autogestão e que aos poucos passa a ser tutelada pelo Estado, e mais, esta tutela caminha junto com altas tarifas de seus serviços, o que possui consequências diretas na vida destes moradores.

A ocupação, hoje, já adota outras narrativas como a de Comunidade Dandara, ou Bairro Dandara, identificando o movimento que segue a todo vapor no caminho de constituir a Dandara enquanto um bairro formal e, possivelmente, de valor especulativo maior que o próprio poder de compra e manutenção dos moradores originários. A cidade engloba a ocupação, porém não se adapta a seus modos de vida e suas construções coletivas e processos auto gerenciados. Ela trata a ocupação da mesma maneira, com as mesmas tarifas e os mesmos silenciamentos que trata qualquer outro bairro, periférico ou não, visando seus potenciais mercadológicos.

Para Abramo (2007; 2009), a lógica⁹ da necessidade foi, e é, responsável por mover um acúmulo de ações individuais e em grupos que promoveram a produção de ‘cidades populares’ com o seu ciclo ocupação/autoconstrução/auto-urbanização e, enfim, o processo de consolidação dos assentamentos populares informais. Sendo assim, a emergência das ocupações urbanas, coletivas ou individuais, organizadas ou espontâneas, possuem como motivação a lógica da necessidade.

Esta lógica, ainda, se constitui pela luta pelo direito à cidade, que por si só não é contemplado pelo simples acesso à moradia, por exemplo. O direito à cidade, aponta Harvey (2013), vai além da liberdade individual para acessar os recursos urbanos. Está imerso no direito de nos modificar, mudando assim a cidade. Não se trata de um direito individual, visto que tamanha transformação depende, inevitavelmente, do exercício construído coletivamente em torno de um poder popular motivado pela remodelagem dos processos de urbanização.

Dada a ausência do real direito a participação, pontua Abramo (2007), esta lógica de acesso precário se articula a lógica da necessidade com a “lógica do mercado”, levando à manifestação social do que o autor

9 As cidades modernas da América Latina, segundo Abramo (2007, 2009), são produzidas como resultado de duas lógicas: A primeira delas é a lógica do Estado, que impõe aos indivíduos ou grupos sociais algum acúmulo de capital, podendo ser político, institucional, simbólico ou mesmo de outra natureza, de modo que permita o seu reconhecimento como parte integrante da sociedade e da distribuição das riquezas sociais. Nesta segunda lógica, a lógica do mercado, por sua vez, o acesso ao solo urbano – em possibilidades e magnitude – depende diretamente do volume de capital monetário que os indivíduos ou grupos sociais acumularam. Mas há ainda uma terceira lógica da produção do espaço urbano nas cidades, uma lógica que emerge da ausência de um capital institucional, social ou político para se ter acesso ao solo pela lógica do mercado – via programa habitacional como o PMCMV, por exemplo. Assim, surge a “lógica da necessidade” de ter acesso à vida urbana. Portanto, quando o Estado se ausenta, o processo de ocupação, frequentemente motivado (ou respaldado) pelos movimentos sociais, traz esta lógica para famílias sem teto.

chama de “mercado informal de solo”, ou seja, um mercado que não regulado pelo sistema de direitos do Estado de Direito, porém, que garantiria o acesso a bens e serviços pela via de transações monetárias e/ou mercantis.

A produção da moradia nessas ocupações decorre, na visão de Abramo (2009), do esforço familiar, posterior a aquisição do lote, por um trabalho de autoconstrução ou mesmo pela contratação de alguma mão-de-obra. Assim, tem-se uma edificação construída em um processo individualizado e direcionada pela família que a habita, ou habitou. Nestas ocupações já consolidadas, o primeiro processo que leva a entrada de estruturas mercadológicas são as dinâmicas de fracionamento do solo, movidas inicialmente pela lógica da necessidade. Portanto, pensando no caso específico da Dandara, este processo de fracionamento e mercantilização traz ainda outras questões, como o adensamento destes espaços. Esta é a difícil decisão entre manter o planejado ou gerar mais casas e mais possibilidades de moradia para as famílias.

Bastos *et.al* (2017) afirmam, nesse sentido, que, quando as ocupações são oficialmente reconhecidas e (re)integradas à cidade (comum) (ou mesmo antes disso), elas podem acabar subordinando-se às dinâmicas do mercado imobiliário. As ocupações urbanas vivem uma forte contradição, visto que enquanto os movimentos sociais e moradores aspiram o reconhecimento do Estado (e, a posse da terra assegurando não mais haver o risco do despejo), eles também reconhecem que “essa entrada na “cidade formal” pode significar a perda de muitos dos projetos coletivos e dos arranjos de propriedade mais comuns que eram possíveis enquanto muitos estavam engajados na resistência e em experimentações socioespaciais” (p. 262).

A ocupação, agora no modelo de bairro, embora autoconstruído e precário em diversos aspectos, tem alcançado uma crescente valorização, que perversamente expulsa seus moradores, sem condições de se manterem no local e, dialeticamente, engrossam novamente as estatísticas do *déficit* habitacional, do alargamento da periferia e da habitação por aluguel. Porque ocupar, agora não mais como pergunta, evidencia-se diante da circularidade da lógica capitalista de sobrevalorização do território urbano, tornando o Direito à cidade um renovado desafio na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ocupação Dandara, a partir de suas especificidades, se tornou um marco da luta pela moradia na cidade de Belo Horizonte. Suas estratégias para se manter no terreno – incluindo a união de três movimentos sociais de diferentes pautas políticas –, a formação de redes de apoio e a autoconstrução das ruas e casas, são modelos replicados em outras ocupações que surgiram posteriormente. Hoje suas características se aproximam muito das características comuns de um bairro periférico, entretanto, os processos de formação aos quais estes moradores construíram estarão sempre presentes em suas práticas cotidianas e nas relações que se estabelecem com a vizinhança.

A centralidade da moradia, seja enquanto resistência, espaço político, ou como local de troca de saberes, de relações e mobilidades comuns aos espaços comunitários, remete um alargamento do aspecto privado. A questão pública das análises decisórias, das assembleias sobre os desmembramentos de questões referentes à ocupação, e seus problemas internos mostra a centralidade da casa que extrapola os limites de seus muros até alcançar mesas decisórias do poder estadual, da prefeitura e das instituições que promovem serviços básicos.

Os movimentos sociais possuem importante papel nesta disputa. A luta pelo direito de fazer parte da cidade traz à tona todo o debate sobre a prática da especulação imobiliária e o consequente *déficit* habitacional. Na trajetória política específica da Ocupação Dandara, uma potente estratégia, a partir da união de distintos movimentos e da mobilização de agentes da sociedade para apoio às famílias de moradores e manutenção do território, viabilizou a constituição de mais de 2 mil famílias no terreno ocupado. É a construção de uma proposta de cidade, a concretização de um espaço autoconstruído e hoje, obrigatoriamente, reconhecido pelo poder público.

Em relação aos motivos que levam famílias à ocupação de terrenos e prédios, ocupar nem sempre é uma opção. Tal ação pode refletir a falta de outras possibilidades, que gera este movimento de resistência e dá força aos que compõem esta luta para enfrentar a força policial, a pressão da mídia, e os desafios de se viver comuni-

tariamente. A história dessas mulheres e homens, famílias inteiras, em busca do direito de morar escancara a ineficiência do Estado em garantir o direito mínimo à população, o despreparo da polícia que se presta a vigiar estas famílias de maneira arbitrária em nome da manutenção do capital privado, e o descaso da sociedade que é capaz de ignorar e criminalizar aqueles que lutam pelo direito básico de moradia e de fazer parte da cidade que eles mesmos constroem.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. A Cidade Com-Fusa: A Mão Inoxidável do Mercado e a Produção da Estrutura Urbana nas Grandes Metrôpoles Latino-Americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, nº. 02, pp. 25-53, 2007.
- ABRAMO, P. *Favela e Mercado Informal: A nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Porto Alegre: Antac, 2009. 336 p.
- ANDRADE, R.; LELIS, A. *Por trás dos olhos de Dandara*. Belo Horizonte: Tsuru, 2010.
- BASTOS, C. D.; MAGALHÃES, F. N. C.; MIRANDA, G. M.; SILVA, H.; TONUCCI FILHO, J. B. M.; CRUZ, M. M.; VELLOSO, R. C. L. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 19, pp. 251, 2017.
- CALDEIRA, T. P. R. *A cidade de muros*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo - USP, 2000.
- CANCLINI, N. G. (Org.). *Políticas Culturales en América Latina*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.
- CaneTtieri, T.; DO VALE, W. A. Dos excluídos da cidade à revolução urbana: definições de um novo sujeito político. *e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, pp. 35-43, 2015.
- CANETTIERI, T.; PEREIRA, T. G.; LIBERATO, R. C. Explorando Algumas Causas para a Expulsão da População Pobre de Belo Horizonte/MG. *Revista de Geografia*. v. 3, pp. 1-8, 2013.
- FERRARI LIMA, J. M.; SILVA, A. F. C.; ALENCAR, V. G. S. L.; GROSSI DE OLIVEIRA, L.; ESCADA, G. S.; CRUZ, M. M. *Habitação na RMBH - Programa Social ou de Mercado? In: XVI Seminário sobre Economia Mineira, 2014, Diamantina. Anais do XVI Seminário sobre a Economia Mineira, 2014.*
- FERNANDES, P. C. A. *Transcendências da forma: o projetado, o induzido, e o espontâneo em Belo Horizonte. In: XVII Encontro Nacional de*

- Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR, 2017, São Paulo. Anais do XVII Enanpur, 2017.
- Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional no Brasil 2013-2014 / Fundação João Pinheiro*. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2016.
- HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. et al. (Org.). *Cidades rebeldes*. São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 2013.
- HARVEY, D. *O direito à cidade*. Tradução: Jairo Pinheiro. Lutas Sociais, São Paulo, nº.29, pp.73-89, jul./dez. 2012.
- JESUS, C. M. de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Ed. 10. – São Paulo: Ática, 2014.
- LEFEVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Centauro, 2001.
- LOURENÇO, T. C. B. *Cidade Ocupada* [manuscrito]. 2014. 232f. *Dissertação* (Mestrado em Arquitetura), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2014.
- MAYER, J. G. M.; ASSIS, M. P. F. Por uma teoria e uma prática radical de reforma urbana. In: *IIIº Simpósio Lutas Sociais na América Latina*, 2008, Londrina. Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008.
- MENDONÇA, J.G.; ANDRADE, L.T.; DINIZ, A.M. Introdução: Mudanças e Permanências na estrutura socioeconômica e territorial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ANDRADE, L. MENDONÇA, J.; DINIZ, A. (Eds.). *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpolis; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015.
- MIRANDA, I. G. *Ocupando Sonhos. A Comunidade Dandara e as ocupações de terras nas cidades: Emancipação Social e Reforma Urbana*. 2012. 139f. Monografia - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2012.
- MORADO NASCIMENTO, D.; BRAGA, R. C. Q. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, v.0, pp.98, 2009.
- MORADO NASCIMENTO, D.; As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v. 18, nº. 35, pp. 145-164, 2016.

Nascimento, E. A. Contradições e Deficiências Do Programa Minha Casa, Minha Vida: Implicações e Rebatimentos sobre a Dinâmica Socioespacial das Cidades Médias Brasileiras. *Revista Geographia*, Niterói: UFF/EGG, Vol.16, nº32, pp. 68–89, 2014.

ROLNIK, R. PEREIRA, A. L. S.; MOREIRA, F. A.; ROYER, L. O.; IACOVINI, R. F. G.; NISIDA, V. C. O Programa Minha Casa Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cadernos Metropolitanos*, São Paulo, v. 17, nº. 33, pp. 127-154, 2015.